

Editorial

Derridasísifo

Decidi hoje, nesta tribuna, abordar a possibilidade de uma escrita científica que se pretenda essencialmente como de rompimento e de crítica, com o objectivo de me poder acercar de um dos sentidos que, muito me encantaria, a *Sísifo* viesse a corporizar na sua trajetória futura. Escrevo então umas breves linhas tomado do propósito de melhor imaginar como a *coisa* poderá um dia identificar-se com o *nome* que lhe foi apostado faz ainda tão pouco tempo.

De imediato me surgiu o nome de Derrida e o seu conhecidíssimo exercício da *desconstrução*. Usado pela primeira vez em 1967 em *Gramatologia* e tomado do universo da arquitectura — querendo significar o exercício de deposição e decomposição de uma estrutura —, o termo viria a impor-se no conjunto dos seus textos posteriores enquanto sinónimo de uma prática permanente de questionamento de todos os sistemas de pensamento hegemónico herdados, uma forma científica de resistir à tirania do Um e do *logos* da metafísica ocidental. Como se, na sua essência e destino, o trabalho intelectual fosse o de contrapor uma assinatura a outra assinatura, mas sem os habituais equívocos onnipotentes que atravessam a noção de autor no Ocidente e o assimilam à noção de autoridade. A desconstrução seria essa inflexível guerra à *doxa*. Para Derrida, que só via vida nos lugares de dissidência, tratou-se seguramente menos de destruir o que era dominante do que reinterpretar, criticar, deslocar, arrastar esta ou aquela herança, inverter esta ou aquela hierarquia, desbloquear esta ou aquela oposição dual. Encontro em tal exigência de uma análise interminável

— que também me evoca directamente os trabalhos e os dias de Sísifo — a condição para uma intervenção capaz de suscitar transformações dignas desse nome. Julgo que daqui se podem aduzir algumas considerações relativas à nossa prática científica.

Em primeiro lugar surge a questão da escrita. Parece-me decisivo que cada gesto se erga a partir de uma compreensão dos limites do discurso e que a estratégia do trabalho textual se comece por dar de empréstimo às palavras e aos fragmentos em circulação. Persuado-me que o texto que vários de nós procuramos concretizar se inscreve sempre e tende a superar o outro em que se funda e que toma por referente. O que denominaremos de nova conceptualização tenderá a surgir, então, na demarcação, no desdobramento e na distância, ou, entrevista de outro ângulo, nos rastros, nas margens e nas entrelinhas. É assim que nos embrenhamos numa escrita que, de acordo com Derrida, podemos perceber ao mesmo tempo “insistente” e “elíptica”. É também por isso que muitas vezes nos descobrimos ora arrastando cada conceito numa “cadeia interminável de diferenças”, ora construindo a nossa análise por entre uma grande quantidade “de precauções, de referências, de notas, de citações, de colagens, de suplementos”¹. “Como nenhum texto é sempre homogéneo (isso tornou-se para mim uma espécie de axioma categórico, o registo de todas as interpretações)” — explicava Derrida numa das suas mais lidas entrevistas — “pode ser legítimo, e inclusive sempre necessário, fazer dele uma leitura dividida, diferenciada, até mesmo aparentemente contraditória”

ria. Activa, interpretativa, performativa, assinada, essa leitura deve e não pode deixar de ser a invenção de uma reescrita”². Percebida desta forma, a autoria será, afinal, o espaço da heteronomia.

Um segundo tipo de considerações deve, em meu entender, referir-se a uma outra ideia que podemos relacionar com este *estado inacabado do livro por vir* instaurado por Derrida, e não só. O meu ponto aqui é o de sugerir que todas as motivações que concorrem para a construção de uma obra científica possam, igualmente, convergir para a sua subsequente e perpétua divisão. A meu ver, importa desencadear a discussão ética do trabalho académico em torno de um impedimento fundamental: o da formação de um *corpus* de saber, de uma soma unitária, de uma configuração homogénea. Julgo que o valor deste interdito é, acima de tudo, performativo, posto que impõe o inacabamento como valor matricial e a dimensão aberta de toda a escrita científica. Do mito grego que aqui nos ocupa e simbolicamente nos alberga nesta publicação periódica ocorre-me então, como necessária, a reivindicação de um estatuto da *diferença*, correspondendo esta a uma articulação da unidade com a descontinuidade. Entendida a partir deste postulado que se opõe à velha ideia de uma busca metódica da “solução”, a nossa tarefa não será a de resolver, mas tão-somente a de *problematizar*. Em lugar de “reformatar” talvez possamos desejar ser a um tempo mais modestos e ambiciosos. Como?

Instaurando formas de distanciamento crítico pela compreensão básica de que a resposta a qualquer pergunta será sempre a emergência de um problema e que este, pela sua multiplicidade dispersa, muda igualmente cada vez que a pergunta se vai deslocando. Tomado neste quadro, o exercício crítico nada mais é que o exercício de colocar em crise a memória do momento que atravessamos.

Assimilada ao tema da desconstrução derridiana, a minha leitura da experiência de Sísifo conduz-me outrossim a esta nova relação do pensamento social com a verdade. Surge-me concretizada por meio de um vocabulário em que *descontinuidade, diferença, multitude e problematização* são as palavras maiores. Descubro aqui um instigante e imenso território de pertença.

NOTAS

1. Jacques Derrida (2001[1971]). *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 21.
2. Jacques Derrida & Elisabeth Roudinesco (2001). *De que amanhã... Diálogo*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 205-206.

JORGE RAMOS DO Ó
(Lisboa, Março de 2007)